

# Formação profissional: diagnóstico e participantes

Debate

Maria Umbelina

Alina Souza

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

AMÂNCIO FILHO, A., and MOREIRA, MCGB., orgs. *Saúde, trabalho e formação profissional* [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. 138 p. ISBN 85-85471-04-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## DEBATE

---

*Maria Umbelina discute a formação profissional no campo da saúde, chamando a atenção para a crise dos paradigmas de regulação do processo de trabalho. Mostra que essa crise tem uma faceta no Primeiro Mundo, onde o processo de concentração do capital levou séculos, e que, nos países do Terceiro Mundo, isso acontece em poucas décadas, resultando em processo marcadamente violento. Aponta algumas contradições nessa crise dos paradigmas, entendendo que a definição dessas contradições é de caráter político. Conclui chamando a atenção para a formação básica e sua importância para a cidadania.*

*Alina Souza enfatiza também a necessidade de termos uma opção política que dê conta dessa realidade. Toma como ponto de partida a luta travada pelos profissionais que têm uma perspectiva de saúde pública que aponta para uma nova reordenação da sociedade e um novo tipo de homem. É preciso também levar em conta que essa luta se situa num contexto onde há um sistema único de saúde enquanto projeto e uma prática privatista brutal. Nessa nova perspectiva, como atender àqueles já inseridos no processo de trabalho em saúde (que ela sintetiza como ensino no trabalho), os que ainda não estão nesse processo e os que precisam ter essa mentalidade renovada?*

*Acrescento outro problema, tentando resgatar essa concepção mais ampla de saúde e de cidadania: quem garante que a formação básica, entendida como aquela que dá conta do entendimento das bases científicas, tecnológicas, não é profissionalizante?*

*Temos que pensar uma escola básica que, na sua concepção ampla, forneça elementos de profissionalização. Mas isso não resolve o recorte específico. A questão nos leva a refletir sobre como delimitar um campo sem restringi-lo demais. É preciso entender e 'desenhar' uma escola básica que tenha elementos de profissionalização, mantendo interfaces com a dimensão mais ampla de cidadania. Isso pode trazer luzes para pensar em que momento trabalhar a formação profissional mais específica, mo-*

mento que não é definido a priori, mas considerando as circunstâncias mais propícias para que ele ocorra.

---

Alina Souza chama a atenção para a complexidade do processo de formação dos profissionais, que, em última instância, serão os atores da concretização da Reforma Sanitária. A aproximação entre educação e saúde acaba acontecendo muito mais por justaposição desses dois setores do que em virtude de uma reflexão a respeito das estruturas educacional e de saúde e de como se elas se articulam. É freqüente encontrar na saúde a tentativa de suprir deficiências da formação do profissional recém-ingressado na rede por meio do próprio serviço de saúde, assumindo o compromisso (e se incumbindo) de responder pela qualificação desse trabalhador. Isso traz alguns problemas, porque há limites na possibilidade de atuação da área da saúde e, mais especificamente, do serviço. É uma questão nuclear para quem pensa não a educação pela educação, nem a saúde pela saúde. Maria Umbelina, quando discorre sobre a modificação dos paradigmas, traz um componente importante para essa reflexão, onde se inclui o tema do mercado profissional como definidor das habilitações necessárias para formar o profissional x, y ou z.

É importante indagar como acontece a articulação da proposta de formação profissional com o mercado de trabalho. Se a articulação é direta e uma vez modificado o paradigma, algumas coisas têm que ser repensadas, incluindo as cento e tantas habilitações profissionais existentes, das quais vinte e poucas da área da saúde. Tem-se que manter todas elas, acrescentar outras ou suprimir algumas? A discussão da habilitação profissional no segundo grau é fundamental, nuclear, no sentido de definir por onde caminhar. Alina Souza aborda o problema das escolas técnicas e desenha uma proposta para elas. Mas o que se está entendendo realmente por escola técnica para a saúde? Como a discussão está articulada com o pensar as especificidades de uma formação em nível de segundo grau? E essa formação se insere na formação básica ou, prioritariamente, tem que se pensar a criação dessas escolas a partir das necessidades do setor saúde?

---

## Maria Umbelina

A formação básica, nesse momento, tem que estar necessariamente articulada com a questão do trabalho. A idéia de uma educação separada do trabalho é obsoleta, em face das atuais transformações sociais.

Considerando a situação quer do País, quer dos trabalhadores, é importante que o segundo grau tenha condições de 'abrir' para o aluno a compreensão de como se organiza o trabalho, o que é produção, que tipo de relações são geradas a partir daí. É fundamental que o aluno tenha esse conhecimento, tenha condições de

perceber de que forma se abrem ou se fecham instâncias de participação política, que relação essa participação política tem com a organização do trabalho, como o conhecimento da organização do trabalho é instrumento da participação política, é argumentação, é força do trabalhador em termos de participação política. Que ele tenha acesso, inclusive, à produção no campo das humanidades, das artes, que também fazem parte da produção da existência dele. São outras facetas relacionadas com essa totalidade da vida econômica, da vida política e da vida cultural.

É nesse sentido que entendo o segundo grau, com essa faceta de relação com o trabalho. Não sei se seria profissionalização *stricto sensu*, mas, de qualquer maneira, significaria preparar a pessoa para viver na sociedade contemporânea. Na perspectiva desse novo paradigma, que não está ainda totalmente definido, pode-se ver claramente que a atuação de outro conjunto de princípios da organização do processo de trabalho em nossa sociedade de Terceiro Mundo ocasionará um contraste muito mais violento do que nos países do chamado Primeiro Mundo. Nesse prisma, o próprio exercício da cidadania, da participação política, a vida do cidadão, enfim, fica muito condicionada por um conhecimento que se aproxima não apenas de uma profissionalização, mas do conhecimento bastante profundo de alguns aspectos do trabalho.

Isso pode ser observado, por exemplo, na questão epidemiológica, na importância de esquemas de vacinação em massa e no movimento de defesa do consumidor quanto ao uso de defensivos agrícolas e outras drogas. É preciso ter alguma malícia em relação às derivações das tecnologias, de forma mais contundente, de modo a não se expor enquanto pessoa a riscos desnecessários e, também, a poder interferir, de forma qualificada, na tomada de decisões quanto ao uso de tecnologias que vão afetar a vida de cada um. Há uma interface muito grande entre esse ensino técnico e o segundo grau, considerado como educação básica. Nas circunstâncias atuais, em grande parte, a bagagem do cidadão comum deve conter os elementos necessários à profissionalização. É claro que a parte operacional do ensino técnico não será possível. Não tem cabimento formar todas as pessoas como técnicos em determinado campo. Essa reflexão sobre a educação básica voltada para o trabalho avança um pouco quando se discute, por exemplo, se a formação profissional deve ocorrer durante ou após o básico. Entendo que o ensino técnico deveria privilegiar, como função da educação pública, a formação de técnicos nas áreas de interesse coletivo, como saúde, educação e saneamento.

Alina Souza

No Brasil, dado seu quadro de carências, ainda poderia haver muita festa para quem terminasse a quarta ou a oitava séries do primeiro grau. Na Europa e nos

Estados Unidos, na época em que somente a metade da população concluía o equivalente ao quarto ano, havia uma festa de família e missa, assinalando a conclusão de um ciclo.

Dadas as condições atuais do País, uma escola técnica para a área de saúde tem que, pelo menos, resgatar o social para os trabalhadores, para aquelas pessoas que foram marginalizadas do sistema educacional, até que seja possível estabelecer níveis. Cuba, num determinado momento da revolução, fez um projeto político visando a atingir determinado patamar, que está mudando neste momento. O país vem alterando, inclusive, a política e as exigências para a formação de enfermeiros.

Temos que pensar uma escola técnica para este Brasil tão conflituoso e contraditório, que tem patamares variados em função de diferenças regionais. Essa escola técnica de saúde deve acolher essa discussão, bem como problemas mais diretamente ligados à área educacional, para poder profissionalizar, porque, em última instância, são pessoas que compõem a chamada população adulta, a população produtiva.

---

*Não penso na escola básica de 'cuspe e giz', mas, sim, na perspectiva de uma pessoa que faz a seguinte pergunta: "Se passarmos da química aristotélica para a química do raio laser, qual a mudança qualitativa para a sociedade?". Quando defendemos a escola básica ligada ao trabalho, não a ligação imediata, mas mediada, imaginamos um curso de química que, de modo gradativo, dê conta dos avanços da ciência química, mas que, ao mesmo tempo, forneça elementos consistentes ao indivíduo para que ele possa fazer o recorte, possibilitando-lhe, por exemplo, optar por ser técnico em saúde, e não técnico em transporte.*

*Parece-me que a tese defendida hoje seria a de garantir, de defender, a escola básica profissionalizante em todos os campos de uma sociedade democrática que aponte para uma sociedade socialista. Porém, como dar conta da realidade rebelde que aí está, o que fazer? A posição politicamente mais adequada seria que a profissionalização stricto sensu fosse concomitante a essa escola básica de primeiro e segundo graus. Hoje, o indivíduo passa quatro ou cinco horas por dia na escola e complementa sua formação em outra instituição. Sonhando um homem novo numa sociedade nova, uma educação desinteressada, no sentido de não estar subordinada às imposições do mercado, poderia ser pensada uma escola básica na qual o indivíduo tivesse um bom ensino de química, de física, de história, discutisse o processo de trabalho e, articuladamente, fosse se profissionalizando em outra entidade. Isso idealmente, pois estamos sonhando um homem novo numa sociedade nova.*

*Quando se afirma que o ensino básico qualifica, profissionaliza, isto significa que esse básico deve dar conta dos vários campos, das ciências naturais, das ciências biológicas, das ciências físicas, das ciências químicas, das ciências sociais, da cultura,*

*dos valores. Precisa também buscar um núcleo que organize o conhecimento em determinado campo. Isso é profundamente profissionalizante.*

---

## Maria Umbelina

O ensino técnico *stricto sensu* deve ter, obrigatoriamente, um compromisso com o exercício da profissão, porque é um processo mais sistematizado, em que se investe numa pessoa que já é privilegiada porque conseguiu atingir determinado grau de escolarização. Por outro lado, diante da tendência ao desemprego estrutural de metade da população, são da maior importância formas alternativas de profissionalização, especialmente para o indivíduo que atua na economia informal. A esperança seria que o desenvolvimento criasse condições de tirar esse cidadão da economia informal, mas o que está surgindo é o contrário, o novo paradigma tende a acentuar essa marginalização.

---

*Imagino como poderia ocorrer, na prática, a profissionalização dentro da educação geral. Entendo que, a médio e longo prazos, isso acarretaria uma mudança da sociedade. Seria também interessante saber como tem sido essa experiência no Projeto Larga Escala.*

---

## Maria Umbelina

Essa é uma questão extremamente complexa. Considero fundamental a perspectiva apontada como uma saída a curto prazo, não só melhorando a qualidade do ensino básico, mas tornando-o profissionalizante, no sentido mediador e não imediato, embora a abertura dessa perspectiva possa ser perigosa se não for estabelecida uma referência prévia. A marginalização, o não estar no processo produtivo é uma situação muito complexa, se aliada à fluidez das profissões, que são temporárias e provisórias. Parece-me que a dificuldade é saber a referência que isso coloca, porque, caso contrário, a medida a ser adotada pode ser também fragmentária e, se falhar, poderá ficar associada ao que hoje acontece na chamada escola básica e na profissionalização.

Não há um eixo pelo qual se consiga, minimamente, dar coerência a uma articulação em benefício do próprio trabalhador, uma vez que ele pode até confundir o processo tecnológico como seu inimigo. Só se supera esse problema com uma compreensão distinta da atual sobre o avanço no setor produtivo que interesse, fundamentalmente, à classe trabalhadora e, se não contempla esse interesse, como o processo educacional pode acompanhar isso não de maneira imediata, mas na

compreensão do próprio interesse e ponto de vista individual e coletivo dessa classe trabalhadora. O desafio está em pensar nas múltiplas formas diferenciadas (incluindo o ensino regular) que considerem a formação geral e a formação específica no espaço físico e temporal da unidade de serviço, e até nas formas de resolver, a curto prazo, determinadas demandas que as políticas públicas possam vir a exigir ou estejam exigindo em nível de qualificação profissional. A decisão, porém, deve contemplar um projeto contra-hegemônico, com o profissional não sendo visto como um simples recurso descartável. Não se pode pensar em pessoas enquanto simples recursos humanos, pelo menos no processo educacional, porque recurso se descarta. Se a máquina fica obsoleta e a substituo por outra, a tendência é utilizar essa nomenclatura e entender recursos humanos da mesma forma. Aquele profissional ficou velho, desgastado, não interessa mais, chamo outro. Não vejo como dissociar forma de conteúdo, nomenclatura de essência.

## Alina Souza

Em relação ao Projeto Larga Escala,<sup>1</sup> uma questão deve ser compreendida: a profissionalização necessariamente não descarta a educação geral. A grande importância desse projeto é a tentativa de fazer cortes de conhecimento no currículo das habilitações mediante um processo metodológico que parte da representação do real, de como se deseja trabalhar determinado conceito, para então caminhar no sentido de atingir esse mesmo conceito, mais elaborado e até científico, do ponto de vista da saúde. O aluno percorre uma trajetória diferente da que se conhece na escola regular, o que permite adicionar elementos, ainda que formalmente não oferecidos, da educação geral como, por exemplo, o português, com o objetivo de melhorar a redação.

Algumas habilitações do Projeto Larga Escala, que não se construíram no que se chama currículo integrado, mas utilizando o currículo tradicional, têm um certo tipo de deficiência: a questão da legitimação é absorvida, melhora a qualificação, porém não há um rigor tão grande sobre a qualidade, como ocorre num currículo que integra o conhecimento horizontal e verticalmente. Essa integração não se dá por disciplinas, mas por um enfoque que possibilite chegar a conceitos como o de

---

1 O "Programa de Formação em Larga Escala de Pessoal de Nível Médio e Elementar para os Serviços Básicos de Saúde", mais conhecido como "Projeto Larga Escala", foi concebido em 1981, resultado de parceria interinstitucional entre os Ministérios da Saúde, da Educação e Cultura e da Previdência e Assistência Social, com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde. A estratégia formulada pelo "Larga Escala" desenvolve-se no sentido de integrar o setor saúde com o da educação, possibilitando uma formação em serviço com reconhecimento legal. A partir do movimento de Reforma Sanitária, o Projeto ganhou impulso para sua institucionalização, com a criação de Centros Formadores/Escolas Técnicas de Saúde, reconhecidos pelo sistema educacional e vinculados a Secretarias Estaduais de Saúde (Nota dos Orgs).

'contaminação', por exemplo, partindo de representações de vida, de como as pessoas vivem e adoecem. E, então, a partir desse grande círculo, chegar ao que seja 'contaminar' no sentido estrito mesmo, da agulha, da seringa, de um procedimento médico.

O caminho percorrido para chegar a essa conclusão começa no entendimento das formas de sobrevivência de determinada população, para depois alcançar o conceito desejado. Isso é que traz para dentro do biológico a dimensão do social, do antropológico, do cultural. Resgatar tudo isso e possibilitar uma visão mais geral é a experiência das pessoas que passaram pelo processo. O Projeto Larga Escala, em si, não contempla a educação geral. Ele tenta oferecer, em paralelo, reflexões sobre linguagem, operações básicas etc. O Larga Escala tem-se preocupado muito com a especificidade da habilitação. Quando uma pessoa não tem a formação completa exigida pelo MEC, recebe somente o certificado de habilitação, que não a credencia como técnico ou como auxiliar da categoria. A escola técnica tem que dar resposta também a essa questão.

Acho necessário que, além da oportunidade da escolarização, sejam postos à disposição da população centros públicos de formação profissional. O que existe hoje fora da rede escolar são instâncias de formação profissional controladas pelo capital e que têm todo empenho em fazer uma profissionalização muito operacional, sem a devida compreensão do processo. Nem sempre poderá ser feita a referida integração, principalmente considerando o trabalhador que está no mercado, que já foi prejudicado em relação à sua escolaridade normal. Então, é importante que existam centros de formação profissional que dêem uma visão mais pública, mais preocupada com o sentido de coletividade, com a importância do social, oferecendo oportunidades de profissionalização ao trabalhador já engajado ou até mesmo àquele que vai poder cursar somente o primeiro grau e precisa ter alguma habilitação para entrar no mercado. É fundamental que a pessoa não seja duplamente punida por ter que substituir o horário que seria dedicado à formação básica por outro que lhe proporcione a aquisição de uma série de informações sobre determinada ocupação.

---

*Na formação do trabalhador hoje, especificamente daquele já inserido no serviço de saúde, não se deve perder a dimensão de que é uma atividade estratégica, mas temos que apostar na possibilidade de que, num determinado momento, algumas atividades não sejam mais necessárias. Elas hoje o são porque as relações de trabalho, as relações da sociedade estão impondo essa necessidade e, portanto, não podemos perder de vista essa necessidade conjuntural (ou emergencial). Considero que atuar com o trabalhador é muito mais difícil do que com adolescentes que cursam o segundo grau regular. A formação dos trabalhadores engajados nos serviços de saúde enfrenta dificuldades muito maiores por vários mo-*



*tivos. É muito mais fácil a alguém que percorreu o sistema de ensino aprender a executar determinada técnica no momento de inserir-se no trabalho do que ocorrer o inverso: uma pessoa inserida há tempos no trabalho assimilar novo conhecimento, o que, no meu entender, dificulta a superação de deficiências.*

---

## Alina Souza

Uma das maiores críticas que se faz ao Projeto Larga Escala é em relação ao tempo: “É um projeto que demora muito”. Ele demora muito porque a metodologia adotada é para atuar no interior mesmo do trabalho, do serviço. É muito calcada em dois tempos, e não apenas naquela idéia mais comum da educação, que se referencia apenas no tempo de o indivíduo aprender. Há também um tempo do coletivo, porque o processo não se dá numa metodologia estritamente individual, numa relação instrutor-aluno. Ela depende do que estiver sendo feito pelo coletivo e depende da organização dos serviços de saúde. Por exemplo: consta do currículo que, em determinado momento, tem que se ensinar a aplicar vacina. Esse assunto está no currículo tradicional, mas, como é um processo educacional baseado no trabalho, para que esse ponto da unidade seja cumprido, é preciso que o serviço de saúde tenha os instrumentos necessários a esse aprendizado. Se o serviço não tiver, a unidade não avança. Ele é um projeto que está acoplado à idéia de formar na perspectiva da organização do serviço de saúde. Se tenho compromisso com a escola técnica do sistema formal, posso montar um laboratório e ensinar. Na proposta do Larga Escala, não existe a possibilidade dessa situação (dita simulada) de ensinar um procedimento que não vai ser executado ou vai ser executado apenas ocasionalmente.

Por outro lado, se não existe o projeto político da reorganização do serviço, não ocorre a possibilidade de fazer o currículo. Por isso, demora dois, três anos, e demora por outra razão também: como podemos pensar que nossas classes marginalizadas da educação tenham que aprender em cursos de um, dois meses, quando nós mesmos, elite, intelectuais, passamos na escola mais de vinte anos? O Projeto Larga Escala sofre essa crítica do tempo, que é insuperável. Na tentativa de resgate profissional, alguns avançam mais depressa, outros menos, mas o tempo é muito maior do que nos treinamentos tradicionais que o serviço de saúde propiciou ou, historicamente, vem propiciando.